



## ANTES QUE A CRISE SE CONSOLIDE: O PAPEL ESTRATÉGICO DO PRIMEIRO INTERVENTOR NAS OCORRÊNCIAS POLICIAIS CRÍTICAS

Ana Caroline Marques Pereira Mello

<http://lattes.cnpq.br/9579015729972918> - <https://orcid.org/0000-0001-9944-1356> - [carolbiomarkes@gmail.com](mailto:carolbiomarkes@gmail.com)

Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Luiz Giovanni Guimarães Guedes

<http://lattes.cnpq.br/2490801377874101> - <https://orcid.org/0009-0004-2953-3916> - [pcgiovanniguedes@gmail.com](mailto:pcgiovanniguedes@gmail.com)

Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

### RESUMO

Este artigo analisa o papel do primeiro interventor em ocorrências policiais classificáveis como crises. Com base em dados empíricos extraídos de mais de 21 mil registros do sistema Reds da Polícia Civil de Minas Gerais, e embasado por revisão doutrinária nacional e internacional, o estudo evidencia a importância de uma resposta inicial estruturada por parte do primeiro agente a chegar ao local do evento crítico. A metodologia envolveu análise automatizada e manual das ocorrências, com critérios objetivos baseados em protocolos operacionais e indicadores textuais. Os resultados apontam para a necessidade de institucionalização da função do primeiro interventor, formação técnica ampla, padronização de protocolos de triagem e integração entre forças policiais. A pesquisa contribui com a sistematização de critérios para a identificação precoce de crises e reforça o papel do primeiro interventor como elo decisivo na resposta a eventos críticos.

**Palavras-chave:** Primeiro interventor; Crise policial; Gerenciamento de crises; Resposta inicial; Policiamento tático.

## BEFORE THE CRISIS CONSOLIDATES: THE STRATEGIC ROLE OF THE FIRST RESPONDER IN CRITICAL POLICE INCIDENTS

### ABSTRACT

This article analyzes the role of the first responder in police incidents that can be classified as crises. Based on empirical data from over 21,000 reports in the Reds system of the Civil Police of Minas Gerais, and supported by both national and international doctrinal reviews, the study highlights the importance of a structured initial response by the first officer on the scene. The methodology involved both automated and manual analysis of incidents, using objective criteria based on operational protocols and textual indicators. The findings point to the need for the institutionalization of the first responder role, broad technical training, standardized crisis triage protocols, and stronger integration between police forces. The study contributes to the development of criteria for early crisis recognition and reinforces the first responder's role as a decisive link in critical incident response.

**Keywords:** First responder; Police crisis; Crisis management; Initial response; Tactical policing.

**DOI:** <https://doi.org/10.70365/2764-0779.2025.162>

Recebido em: 28/07/2025.  
Aceito em: 21/10/2025.

## 1 INTRODUÇÃO

A segurança pública contemporânea enfrenta desafios crescentes diante da complexidade dos eventos críticos que demandam pronta resposta das forças policiais. Ocorrências de alta complexidade, como sequestros, ações com reféns, barricados, tentativas de suicídios armados e atentados com artefatos explosivos exigem respostas imediatas, técnicas e especializadas. Nesse cenário, destaca-se a figura do primeiro interventor, geralmente o primeiro agente a chegar ao local da ocorrência crítica, como elo fundamental na contenção inicial, na estabilização do ambiente e na coordenação das ações até a chegada de unidades especializadas.

Apesar da importância estratégica dessa função, a atuação do primeiro interventor no Brasil ainda carece de reconhecimento institucional, de normatização clara e de formação técnica padronizada. Essa ausência de estrutura doutrinária torna os policiais da linha de frente vulneráveis ao imprevisto, mesmo diante de situações que envolvem risco iminente à vida.

Diante desse cenário, este estudo parte da seguinte questão de pesquisa: *como o primeiro interventor atua nas ocorrências policiais que configuram crises, e de que forma essa atuação pode ser aprimorada?* Parte-se da hipótese de que a ausência de protocolos específicos e a lacuna na formação técnica comprometem a eficácia da resposta inicial e aumentam os riscos operacionais.

Com base nisso, o objetivo principal deste trabalho é analisar o papel do primeiro interventor em ocorrências policiais classificáveis como crise, utilizando uma abordagem empírica e teórica. Os objetivos específicos incluem: (a) realizar uma revisão bibliográfica sobre a atuação do primeiro interventor em contextos de crise policial, considerando diretrizes doutrinárias, desafios operacionais e boas práticas adotadas internacionalmente; (b) identificar e classificar, com base em critérios objetivos, quais ocorrências do sistema REDS configuram crises policiais, utilizando metodologia automatizada e análise manual; (c) avaliar, a partir das planilhas analisadas, os padrões mais comuns de eventos críticos e os principais elementos que demandam resposta imediata do primeiro interventor; (d) sistematizar as atribuições, os limites e o impacto da atuação do primeiro interventor com base em evidências empíricas e situações concretas; e (e) apontar lacunas, riscos e oportunidades de melhoria na atuação dos primeiros interventores em situações de crise, com base na análise documental.

Para alcançar os objetivos, a metodologia adotada combina análise bibliográfica com o tratamento de dados extraídos do sistema REDS da Polícia

Civil de Minas Gerais, referentes aos anos de 2022, 2023 e 2024. Foram selecionadas ocorrências classificadas como crises policiais a partir de critérios objetivos, como presença de reféns, artefatos explosivos, risco à vida ou necessidade de resposta especializada. A análise combinou técnicas automatizadas de triagem textual, por meio de programação em Python, com verificação manual dos registros mais ambíguos, assegurando rigor na classificação e interpretação dos dados. Essa abordagem permitiu identificar padrões operacionais recorrentes e avaliar, de forma sistemática, a atuação do primeiro interventor em contextos críticos da segurança pública.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Definições e Conceitos sobre Crises Policiais**

A compreensão do que constitui uma crise policial é essencial para o planejamento e a resposta adequada das forças de segurança. A Academia Nacional do FBI (apud Brasil, 2008) define crise policial como "um evento ou situação crucial, que exige resposta especial da polícia, a fim de assegurar uma solução aceitável". Tal definição destaca a natureza extraordinária dessas ocorrências, que ultrapassam os limites da atuação policial ordinária.

De forma complementar, as ocorrências de alta complexidade são caracterizadas por eventos que superam a capacidade de resposta dos esforços convencionais das forças públicas, exigindo a intervenção de unidades especializadas por meio de ações estruturadas e operações específicas, com o objetivo de proteger e socorrer o cidadão (Brasil, 2008; Vaz, 2001).

Essas definições convergem ao apontar três elementos centrais das crises policiais (SEJU-PR, 2018):

- i. A superação da capacidade de resposta rotineira;
- ii. A necessidade de atuação técnica especializada; e
- iii. O impacto direto ou potencial à vida e à ordem pública.

O Manual de Gerenciamento de Crises da Polícia Federal (Brasil, 1991) classifica as crises segundo categorias operacionais recorrentes, que configuram os chamados eventos críticos. Entre eles, destacam-se:

- i. Ocorrências com reféns: situações em que indivíduos são mantidos sob ameaça direta, com restrição de liberdade, exigindo negociações complexas e eventual intervenção tática.
- ii. Ocorrências com artefatos explosivos: eventos que envolvem bombas ou dispositivos improvisados, com alto risco de letalidade, demandando equipes especializadas em desativação.
- iii. Pessoas com propósito suicida e posse de armas: episódios em que

indivíduos em sofrimento psíquico ameaçam a própria vida ou a de terceiros, muitas vezes com comportamento imprevisível.

- iv. Ações terroristas: atentados organizados ou individuais que visam gerar pânico em massa e desestabilizar a ordem pública, exigindo resposta articulada e rápida.
- v. Embarricados: situações em que suspeitos se isolam em locais fortificados, geralmente armados, dificultando a ação policial e exigindo planejamento específico.
- vi. Atirador ativo: episódios em que indivíduos iniciam ataques com armas de fogo em locais públicos, exigindo contenção imediata para proteção de vidas.
- vii. Ocorrências em presídios rebelados: rebeliões dentro de unidades prisionais, especialmente quando envolvem reféns, exigindo pronta resposta para retomar o controle.

Esses cenários configuram situações críticas que demandam resposta especializada e justificam a necessidade de preparação prévia do primeiro interventor, com protocolos claros e treinamento técnico focado para atuação segura e eficaz nos minutos iniciais.

Além das categorias operacionais, as crises se distinguem por características estruturais como (Salgnac, 2011; Brasil, 2008; Vaz, 2001):

- i. Imprevisibilidade: crises geralmente surgem sem aviso prévio, exigindo uma capacidade de adaptação e improvisação por parte dos agentes envolvidos, uma vez que tanto o evento quanto o comportamento das pessoas afetadas podem mudar rapidamente.
- ii. Compressão de tempo: decisões precisam ser tomadas sob pressão intensa e com informações limitadas, aumentando o desafio para os primeiros interventores e as equipes de resposta.
- iii. Ameaça à vida: tanto de terceiros quanto dos agentes envolvidos, sendo a preservação da vida o foco principal de toda a operação.

Esses elementos tornam a crise policial um campo de atuação de alta complexidade, em que a eficácia da resposta depende diretamente do preparo dos profissionais e da estrutura de protocolos operacionais claros desde os momentos iniciais da ocorrência.

## **2.2 Agentes Causadores da Crise**

A classificação dos causadores de eventos críticos é uma ferramenta útil na fase inicial do gerenciamento de crises, ao permitir avaliação de riscos, definição de estratégias de contenção e orientação da negociação. Embora

não deva ser usada de forma rígida, essa tipologia oferece ao primeiro interventor uma base para compreender o comportamento do agente, antecipar condutas e planejar abordagens mais seguras.

Conforme proposto por Frank Bolz Jr. e adotado por doutrinas como o Curso de Gerenciamento de Crises da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Brasil, 2008), os agentes causadores de crises podem ser agrupados em três categorias principais: os criminosos comuns, os emocionalmente perturbados (incluindo suicidas) e os terroristas com motivação ideológica ou religiosa.

Os criminosos comuns são autores de delitos recorrentes, como furtos ou roubos. Em geral, provocam crises não planejadas, reagindo a flagrantes frustrados ou confrontos com a polícia. Costumam usar reféns para tentar escapar, sendo mais perigosos nos primeiros momentos, mas se tornam mais receptivos à negociação quando percebem o cerco. No Brasil, esse é o perfil mais frequente.

Os emocionalmente perturbados, incluindo os com intenção suicida, envolvem-se em crises ligadas a transtornos mentais, traumas, dependência química ou conflitos familiares. São eventos imprevisíveis, com risco elevado à vida do próprio agente ou de terceiros. Demandam contenção não violenta, comunicação especializada e, quando possível, apoio em saúde mental. Casos de *suicide by cop*, nos quais o indivíduo busca provocar uma reação policial letal, exigem isolamento rigoroso, controle da área e negociação cautelosa (Lucca, 2018).

Os terroristas ideológicos ou religiosos representam o grupo mais complexo. Motivados por agendas políticas ou crenças extremistas, planejam ataques com objetivos estratégicos e busca de impacto simbólico. Podem agir sozinhos ou em grupo, e frequentemente buscam repercussão midiática. No subtipo religioso radical, a recusa ao diálogo e a disposição ao martírio tornam a negociação quase inviável, exigindo resposta tática imediata e protocolos específicos.

Apesar de suas limitações, essa classificação ajuda o primeiro interventor a tomar decisões rápidas e seguras. Identificar o perfil do causador, mesmo que preliminarmente, pode ser decisivo para proteger vidas e garantir uma resposta proporcional e técnica à crise.

### **2.3 O Papel do Primeiro Interventor: Funções e Desafios**

A figura do primeiro interventor ocupa posição estratégica no gerenciamento inicial de crises policiais, sendo o primeiro agente a chegar ao

local e responsável por conter a situação até a chegada de equipes especializadas (Silva e Araújo, 2023). Sua atuação vai além da contenção imediata: ele estabelece as bases para a coleta de informações, o isolamento da cena e o início de protocolos de resposta (Monteiro et al., 2008).

Estudos destacam que essa função exige mais do que preparo tático, requer domínio técnico, controle emocional e capacidade de decisão sob estresse (Salignac, 2011). O sucesso das fases posteriores da crise depende diretamente da qualidade da atuação inicial, especialmente da forma como o primeiro interventor se comunica com o causador, isola a área e transmite informações à cadeia de comando (FBI, 2016).

A doutrina consagra três funções básicas desse agente:

- i. Conter: evitar a expansão da crise, impedindo fuga, novas vítimas ou agravamento da violência (Salignac, 2011; Silva, 2023);
- ii. Isolar: criar perímetro seguro, proteger os envolvidos e garantir domínio da cena (Monteiro, 1994; Silva, 2020); e
- iii. Estabelecer contato sem concessões: quando necessário, iniciar diálogo com o causador da crise, sem negociar, buscando reduzir tensão e coletar dados (Salignac, 2011; Tilley, 2014).

Além dessas ações, o primeiro interventor deve preservar vidas, evitar a escalada do conflito, registrar o cenário inicial e manter a integridade da cena, respeitando os limites legais e o uso proporcional da força.

Seu treinamento inclui técnicas de contenção, neutralização de ameaças e comunicação eficaz. Contudo, ele enfrenta desafios como estresse extremo, imprevisibilidade e risco de confronto direto (Silva, 2020; Monteiro, 1994). Apesar das semelhanças com outras funções na gestão de crises, sua presença na linha de frente é única. Como destaca Salignac (2011), o primeiro interventor "age no tempo da crise, antes que a crise tenha tempo de se consolidar".

## **2.4 Negociação e a Intersecção com o Primeiro Interventor**

A negociação é reconhecida como estratégia prioritária na resolução de crises que envolvem risco à vida, devendo ser conduzida por profissionais treinados em escuta ativa, comunicação estratégica, gestão emocional e construção progressiva de confiança com o causador da crise (Silva, 2020; IACP, 2023). Contudo, nem sempre as equipes especializadas estão presentes nos minutos iniciais do evento, e é comum que o primeiro interventor, sozinho ou com recursos limitados, assuma o contato inicial com o causador da crise (Silva e Araújo, 2023).



Embora esse contato não configure negociação formal, sua qualidade pode influenciar decisivamente os rumos da ocorrência. A postura, o tom de voz e a escolha das palavras podem acalmar ou acirrar os ânimos (Salignac, 2011; Monteiro, 1994). Assim, mesmo sem poder assumir compromissos, o primeiro interventor deve estar preparado para dialogar com objetividade, controle emocional e sem concessões.

Essa atuação inicial prepara o terreno para a negociação formal, contribuindo com dados, percepções e ambiente estável para a transição segura da crise. Como reforçam as diretrizes da Senasp (Brasil, 2008) e de Lucca (2018), a negociação bem-sucedida muitas vezes começa ainda no tempo do primeiro interventor, numa intersecção técnica e sequencial entre contenção e diálogo.

### 3 PANORAMA INTERNACIONAL E NACIONAL SOBRE O PRIMEIRO INTERVENTOR

#### 3.1 Evolução Global da Função

O conceito de "primeiro interventor" não é recente, mas sua formalização como elemento estratégico dentro do gerenciamento de crises policiais é relativamente nova no contexto internacional. Em diferentes países, esse papel foi sendo moldado a partir da identificação de falhas operacionais nos momentos iniciais de crises e da crescente necessidade de respostas descentralizadas, ágeis e estruturadas.

Nos Estados Unidos, o termo *first responder* passou a designar, a partir dos anos 1990, os profissionais que atuam nos primeiros minutos de emergências — como policiais, bombeiros e paramédicos. No campo policial, esse conceito foi profundamente reformulado após o massacre de Columbine, em 1999. Naquele episódio, a doutrina vigente recomendava o isolamento da área até a chegada de unidades especializadas, o que resultou em uma resposta tardia diante de um cenário de atiradores ativos. Em resposta, o *Federal Bureau of Investigation* (FBI) e o *Department of Homeland Security* (DHS) passaram a adotar e difundir o modelo de *Immediate Action Rapid Deployment* (IARD). Esse modelo passou a integrar o treinamento básico de patrulheiros, orientando que o policial em serviço atue imediatamente para conter ameaças ativas, mesmo com recursos limitados (FBI, 2016; DHS, 2004).

No Reino Unido, o modelo de resposta rápida foi consolidado através do sistema de comando de *Bronze*, *Silver* e *Gold*, adotado para gerenciamento de incidentes críticos. O *Bronze Commander* equivale, na prática, ao primeiro interventor: é o responsável tático pela ação no terreno nos minutos iniciais, enquanto o escalonamento da crise permite a atuação progressiva dos níveis

estratégicos (*Silver e Gold*). Essa doutrina é aplicada tanto em operações antiterrorismo quanto em emergências civis de grande magnitude (College of Policing, 2015).

Na França, após os atentados de Paris em 2015, a doutrina de intervenção imediata também foi reformulada. A atuação inicial dos patrulheiros diante de múltiplos focos de ataque levou à consolidação do modelo de *intervention rapide*, no qual os primeiros policiais no local são treinados para entrar em ação sem aguardar reforços, sempre que houver ameaça direta à vida. Essa doutrina é acompanhada de investimentos em armamento, escudos e treinamento de patrulheiros urbanos para responder a situações extremas (Ministère de l'Intérieur, 2016).

Esses modelos internacionais convergem para o entendimento de que a atuação precoce e técnica dos policiais que estão mais próximos da ocorrência pode ser decisiva para salvar vidas e estruturar uma resposta eficaz. O primeiro interventor, nesses cenários, deixa de ser apenas um elo na cadeia de acionamento e passa a exercer uma função central, exigindo treinamento específico e clareza de missão desde os minutos iniciais da crise.

### **3.2 A Experiência Brasileira: Desafios e Avanços**

No contexto brasileiro, a figura do primeiro interventor não foi, historicamente, reconhecida como uma função técnica estruturada dentro das doutrinas nacionais de gerenciamento de crises. Por muitos anos, o modelo predominante baseava-se na contenção inicial da área por patrulheiros ou policiais de linha de frente, enquanto se aguardava a chegada de unidades especializadas. Essa lógica, influenciada por práticas de estrutura militar hierarquizada, atribuía à base operacional apenas o papel de isolamento, mesmo quando o risco à vida já era evidente (PMMG, 2018).

A ausência de protocolos formais e padronizados para os momentos iniciais da crise gerou lacunas operacionais importantes. Ocorrências como a do Conjunto de Favelas do Alemão (2007), a tragédia de Realengo (2011) e o massacre em Suzano (2019) evidenciaram a relevância da resposta imediata. Em muitos desses casos, os primeiros policiais a chegar ao local atuaram sem diretrizes claras, o que comprometeu a segurança dos envolvidos e limitou a eficácia da intervenção inicial (Almeida, 2018; Silva e Araújo, 2023).

A última década, entretanto, marca um ponto de inflexão. Algumas corporações passaram a investir na capacitação de seus efetivos para atuar nas fases iniciais de crises complexas. O modelo adotado por projetos como o do 6º BPM da Polícia Militar do Maranhão, que estabelece dez providências



operacionais para a primeira intervenção, é exemplo desse avanço. Essas providências incluem isolamento, reconhecimento do cenário, comunicação técnica e segurança dos envolvidos (Salignac, 2011; Almeida, 2018).

Entretanto, a consolidação desse novo paradigma enfrenta desafios significativos. A formação policial básica, na maioria dos estados, ainda prioriza o patrulhamento convencional e o atendimento de ocorrências de baixa complexidade. Eventos que envolvem reféns, suicidas armados ou atentados em curso continuam a ser tratados como exceções, o que gera um déficit de preparo técnico para a linha de frente (Monteiro, 1994; PMMG, 2018).

Além disso, a ausência de protocolos unificados entre polícias civis e militares, somada à escassez de recursos, à rotatividade de efetivo e à ausência de uma política nacional voltada para a doutrina do primeiro interventor, dificulta a consolidação de uma resposta técnica padronizada (Silva, 2020).

Portanto, embora o Brasil ainda não possua uma doutrina nacional formalizada sobre a figura do primeiro interventor, os avanços observados em diversas unidades, somados à incorporação do tema em seminários e academias de polícia, apontam para uma lenta, mas promissora, transformação da cultura operacional. A integração com diretrizes internacionais e o fortalecimento da doutrina local são caminhos estratégicos para aprimorar a resposta brasileira a crises de alta complexidade.

## **4 METODOLOGIA**

### **4.1 Coleta dos Dados**

A presente pesquisa utilizou dados extraídos da Base Integrada de Segurança Pública (BISP) da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, acessados por meio da Diretoria de Estatística e Análise Criminal, vinculada à Superintendência de Informações e Inteligência Policial (SIIP). A extração dos dados foi realizada no dia 21 de março de 2025, abrangendo registros referentes aos anos de 2022, 2023 e 2024. Os dados foram obtidos a partir dos Registros de Eventos de Defesa Social (REDS), sistema que integra informações oriundas de diferentes órgãos da segurança pública, incluindo a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros Militar e o Sistema Prisional.

As ocorrências analisadas foram organizadas conforme a natureza atribuída a cada registro no momento de sua lavratura, assegurando a padronização e a fidedignidade das categorias utilizadas. Tal categorização é essencial para a construção de análises consistentes e para a comparação entre os diferentes períodos observados. Ressalta-se que o correto preenchimento do REDS pelos agentes responsáveis constitui um fator

determinante para a confiabilidade dos resultados apresentados, sendo esta uma premissa fundamental para a condução desta investigação.

Foram extraídos, de forma direcionada, dados referentes a ocorrências específicas, conforme critérios temáticos previamente definidos. Dentre essas, destacam-se:

- i. Ocorrências com reféns, classificadas sob a natureza de extorsão mediante sequestro;
- ii. Registros que envolvem artefatos explosivos, nos quais o meio utilizado foi descrito como inflamável, combustível, produto químico, explosivo ou fogos de artifício;
- iii. Ocorrências relacionadas a pessoas com propósito suicida, a partir da natureza suicídio tentado;
- iv. Ações com indícios de terrorismo, identificadas como crime contra a segurança nacional, ato terrorista ou crime contra bem com fim político;
- v. Eventos registrados em unidades prisionais, especificamente os casos classificados como motim de presos.

Cada uma dessas categorias de ocorrência foi tratada individualmente, respeitando sua especificidade temática e relevância operacional dentro do espectro das crises policiais.

A análise dos dados foi conduzida utilizando planilhas estruturadas e técnicas de filtragem por palavras-chave e critérios doutrinários, baseando-se em manuais e instruções normativas da Polícia Federal, Polícia Militar de Minas Gerais e doutrinas internacionais reconhecidas, como as da *International Association of Chiefs of Police (IACP)*. Os resultados foram interpretados à luz da literatura especializada, permitindo a comparação entre as ocorrências registradas e os referenciais teóricos que fundamentam a atuação do primeiro interventor em crises policiais. Os principais critérios adotados foram:

- i. Presença de reféns ou ameaça real à vida;
- ii. Uso de arma de fogo, artefato explosivo ou substância inflamável;
- iii. Necessidade de atuação de unidades especializadas (Core, Bope, etc.);
- iv. Resistência armada, confronto direto, emboscada ou barricada; e
- v. Risco coletivo e compressão de tempo para tomada de decisão.

#### **4.2 Etapas da Análise e Categorização**

A análise dos dados seguiu um processo estruturado em múltiplas etapas, iniciando-se pela padronização e limpeza da base, com a uniformização dos campos essenciais — como o número do REDS e o histórico da ocorrência —, garantindo a consistência das informações. Em seguida, procedeu-se à

eliminação de duplicidades, de modo a manter apenas um registro por ocorrência, assegurando a integridade da base de análise.

Na fase seguinte, foi aplicada uma classificação automatizada por meio de uma função desenvolvida em linguagem Python. Essa função utilizou uma lista estruturada de palavras-chave, aplicada ao campo narrativo do histórico, com o objetivo de identificar elementos característicos de crises policiais. As ocorrências foram então categorizadas em três grupos distintos:

- i. CRISE POLICIAL, quando o registro apresentava elementos críticos, como risco iminente à vida, presença de reféns, uso de artefatos explosivos ou resistência armada, conforme definido na fundamentação teórica;
- ii. NÃO CRISE POLICIAL, nos casos em que, apesar da relevância, não se identificaram características que configurassem uma crise; e
- iii. DÚVIDA/ANÁLISE MANUAL, quando o histórico estava ausente, ambíguo ou inconclusivo, exigindo verificação individual posterior para classificação definitiva.

Os casos classificados como "DÚVIDA" foram verificados manualmente e individualmente com base no histórico completo extraído de relatórios complementares, quando disponíveis. Após essa verificação, os registros foram atualizados com sua classificação definitiva.

A metodologia foi implementada por meio da linguagem *Python* com apoio da biblioteca *Pandas*, permitindo a leitura, a estruturação, a análise textual e a exportação dos dados tratados. Um *template* de código com a função de classificação será disponibilizado como apêndice deste artigo, visando à reprodutibilidade do método em futuras bases de dados semelhantes.

## 5 RESULTADOS

### 5.1 Panorama Geral da Classificação das Ocorrências

Foram analisadas 21.391 ocorrências oriundas de planilhas operacionais fornecidas pela Superintendência de Informações e Inteligência Policial (SIIP) da Polícia Civil de Minas Gerais. Organizadas por natureza criminal, essas ocorrências foram processadas por meio de um sistema de classificação automatizada baseado em critérios doutrinários, complementado por análise manual nos casos inconclusivos.

**Tabela 1.** Distribuição geral dos resultados

<b>Classificação</b>	<b>Total de Ocorrências</b>	<b>Percentual (%)</b>
Crise Policial	1.539	7,2%
Não Crise Policial	19.807	92,6%
Dúvida / Análise Manual	45	0,2%

Embora a maioria das ocorrências não se enquadre como crise policial, um volume expressivo (mais de 1.500 registros) apresentou características críticas que exigem atuação técnica e imediata por parte dos primeiros interventores, reforçando a importância de sua formação e capacitação. A baixa incidência de registros inconclusivos (0,2%) também demonstra a eficiência do modelo de classificação adotado, especialmente quando aplicado sobre bases com campos narrativos consistentes.

## 5.2 Resultados por Categoria de Ocorrência

Para aprofundar a análise, as ocorrências foram agrupadas por categoria criminal, de acordo com a natureza predominante de cada analisada. Esse agrupamento permitiu comparar a incidência relativa de crises policiais por tipo de situação.

**Tabela 2.** Ocorrências classificadas por categoria

<b>Categoria de Ocorrência</b>	<b>Total Analisado</b>	<b>Crises Policiais</b>	<b>Percentual (%)</b>
Extorsão mediante sequestro / cárcere privado	1.552	375	24,2%
Tentativa de suicídio	168	153	91,1%
Motim de presos	239	67	28,0%
Autos de resistência	893	44	4,9%
Uso de explosivos e produtos inflamáveis	18.680	900	4,8%
Atos com possível motivação terrorista	10	1	10,0%
<b>Total Geral</b>	<b>21.542</b>	<b>1.540</b>	<b>7,2%</b>

O conjunto com maior proporção de ocorrências críticas foi o das tentativas de suicídio. Esse resultado está alinhado com a doutrina, que aponta

a imprevisibilidade e o risco iminente à vida como elementos centrais para a caracterização de crises (Silva, 2020; IACP, 2023).

As categorias de extorsão mediante sequestro, motim de presos e atos com motivação terrorista também apresentaram elevada incidência de crises, o que era esperado dado o envolvimento frequente de reféns, a resistência à autoridade ou o risco coletivo.

Já as planilhas com autos de resistência e uso de explosivos apresentaram um volume absoluto significativo de casos classificados como crise, ainda que com percentual proporcionalmente menor. Isso se deve, em parte, à quantidade elevada de registros com natureza mais descritiva ou técnica, nos quais os elementos críticos estavam ausentes ou não devidamente relatados.

Esse panorama reforça a necessidade de capacitação específica e protocolos operacionais claros voltados às situações com maior frequência e impacto.

### **5.3 Padrões Operacionais Identificados nas Crises**

A análise qualitativa dos registros classificados como "Crise Policial" permitiu identificar padrões operacionais recorrentes nos históricos das ocorrências. Esses elementos são fundamentais para a leitura situacional feita pelo primeiro interventor e devem compor o arcabouço de treinamento e preparação técnica das forças de segurança.

As expressões mais frequentes incluíram:

- i. "arma de fogo" ou "disparos" (presente em aproximadamente 78% dos casos de crise);
- ii. "ameaça de morte", "refém" ou "privação de liberdade";
- iii. "negociação" ou "isolamento do local";
- iv. "artefato explosivo" ou "produto inflamável";
- v. "autor barricado" ou "resistência armada";
- vi. "tentava se matar" ou "ameaçava se matar"; e
- vii. "ação da Core", "Bope" ou menção a tropas especializadas.

Um dado relevante foi a ausência de relatos padronizados sobre as ações iniciais em parte significativa das ocorrências — especialmente no que diz respeito a isolamento, contato inicial ou controle de perímetro. Isso compromete tanto a análise posterior quanto o andamento operacional da crise.

Também se observou a recorrência de improviso ou de ausência de comando formal nos registros mais graves, o que evidencia a urgência de

capacitação para reconhecimento técnico da crise e resposta estruturada desde os primeiros minutos.

Apesar da diversidade dos contextos, as crises compartilharam um núcleo comum de complexidade: presença de ameaça letal, urgência de decisão, necessidade de controle de ambiente e risco coletivo — elementos que reforçam o papel essencial do primeiro interventor.

#### **5.4 Ocorrências com Necessidade de Análise Manual**

Durante a aplicação do modelo automatizado, 45 ocorrências foram classificadas como “Dúvida / Análise Manual” (0,2%). Os principais fatores foram:

- i. Ausência de histórico (ex.: “ver histórico anexo” ou campo em branco);
- ii. Linguagem técnica ou abreviada, sem clareza sobre a dinâmica do evento; e
- iii. Contradições entre a natureza e o conteúdo da ocorrência.

Esses registros foram lidos manualmente em seus relatórios completos (quando disponíveis) e reclassificados com base nos mesmos critérios das demais análises.

Apesar do número reduzido, esses casos reforçam a necessidade de padronização no preenchimento dos Reds, garantindo informações claras, objetivas e úteis tanto para fins operacionais quanto estatísticos.

A etapa também revela a importância de revisão técnica contínua dos sistemas de despacho e registro, para que o policial de linha possa comunicar com precisão os elementos de uma crise — especialmente quando sua atuação se dá antes da chegada de reforços especializados.

## **6 DISCUSSÃO**

### **6.1 Implicações para a Atuação do Primeiro Interventor**

Os resultados confirmam a relevância do primeiro interventor no gerenciamento de crises, conforme apontado por autores como Salignac (2011) e Silva e Araújo (2023), que destacam a importância da ação técnica e imediata nos primeiros minutos do evento crítico. A expressiva incidência de ocorrências classificadas como “Crise Policial”, especialmente tentativas de suicídio, sequestros, motins e resistências armadas, evidencia que a linha de frente da polícia é, de fato, o ponto de inflexão entre o caos e a contenção técnica.

Estudos recentes, como os de Silva e Araújo (2023) e orientações



doutrinárias consolidadas em instituições como a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG, 2018) destacam que as funções de preservação da vida, isolamento técnico do local e contenção imediata são responsabilidades prioritárias do primeiro interventor. Quando executadas com preparo e equilíbrio, essas ações reduzem danos e organizam a resposta subsequente, impactando diretamente no desfecho da ocorrência.

Os dados empíricos obtidos neste estudo reafirmam esta perspectiva: as ocorrências mais críticas envolveram justamente cenários em que essas ações foram ou deveriam ter sido desempenhadas com urgência. A ausência de uma doutrina estruturada e de treinamentos padronizados para a atuação da linha de frente compromete a eficácia da resposta policial e amplia os riscos à integridade física de todos os envolvidos. Nesse sentido, os resultados aqui apresentados fortalecem o argumento em prol da institucionalização da figura do primeiro interventor como elo essencial da gestão moderna de crises.

Os dados empíricos obtidos neste estudo reafirmam a perspectiva de que a atuação do primeiro interventor é determinante nos momentos iniciais das crises. As ocorrências mais críticas envolveram justamente cenários em que ações como contenção, isolamento e comunicação inicial foram (ou deveriam ter sido) desempenhadas com urgência. A ausência de uma doutrina estruturada e de treinamentos padronizados para a atuação da linha de frente compromete a eficácia da resposta policial e amplia os riscos à integridade física de todos os envolvidos. Nesse sentido, os resultados aqui apresentados fortalecem o argumento em prol da institucionalização da figura do primeiro interventor como elo essencial da gestão moderna de crises (PMMG, 2018; Silva e Araújo, 2023).

No entanto, os dados também revelam lacunas operacionais que desafiam a teoria. Embora Monteiro (1994) defenda que o primeiro contato verbal com o causador da crise deve ser pautado em princípios técnicos de controle emocional e comunicação estratégica, muitos dos registros analisados demonstraram ausência de padronização nesse aspecto. Poucas ocorrências relataram com clareza a atuação do primeiro interventor ou o modo como foi conduzido o contato inicial, sugerindo que a prática ainda carece de alinhamento com a doutrina formal existente.

A análise também reforça o que Silva e Araújo (2023) classificam como a ausência de visibilidade normativa da função: embora a atuação do primeiro interventor seja recorrente e tenha impacto direto sobre os desfechos das ocorrências, ela ainda não é amplamente formalizada como função técnica nas corporações policiais brasileiras. Isso gera um efeito prático preocupante: o

improvisado como padrão. O estudo mostra que muitas ações iniciais foram decididas com base em julgamento individual, sem apoio institucional ou treinamento técnico específico (Almeida, 2018).

Assim, os achados não apenas confirmam a literatura especializada, mas a ampliam: demonstram, com base empírica, que a falta de um sistema estruturado compromete a resposta policial. O reconhecimento institucional da função, a criação de diretrizes unificadas e o investimento em capacitação contínua são medidas urgentes e estratégicas.

## 6.2 Relevância Doutrinária e Operacional das Evidências

As evidências levantadas dialogam com a literatura internacional, que tem consolidado a importância da intervenção inicial. Segundo a IACP (2023), o sucesso da resposta tática depende, em grande parte, da qualidade da primeira intervenção. Modelos como o norte-americano *Immediate Action Rapid Deployment* (IARD), o britânico *Bronze Command* e a doutrina francesa de *intervention rapide* formalizam o primeiro interventor como elo estratégico na gestão de crises (FBI, 2016; College of Policing, 2015; Ministère de l'Intérieur, 2016).

Ao aplicar esses critérios à realidade brasileira, o estudo confirma a validade dessas diretrizes, mas evidencia também as dificuldades de implementação em um sistema institucional fragmentado. Protocolos específicos, defendidos por autores como Salignac (2011), ainda não são amplamente disseminados ou formalizados em muitas instituições (PMMG, 2018; Almeida, 2018), o que limita a efetividade da resposta.

Além disso, os padrões textuais identificados nas ocorrências — como menções a reféns, arma de fogo, barricadas e tentativa de suicídio — indicam que há um conjunto previsível de elementos críticos. Isso destaca a necessidade de que o primeiro interventor seja capacitado não apenas para agir, mas para reconhecer tecnicamente uma crise em potencial.

Estudos sobre capacitação (Almeida, 2018; Silva e Araújo, 2023) reforçam que a formação deve integrar leitura de cenário, tomada de decisão sob pressão e fundamentos legais — e não se limitar a habilidades operacionais isoladas.

Dessa forma, este estudo não apenas corrobora a literatura, mas também propõe um avanço: a sistematização de critérios objetivos para a triagem de ocorrências com potencial de crise, como suporte à decisão em tempo real. Isso tem implicações diretas para a doutrina, a formação policial e o uso de tecnologia nos sistemas de despacho e análise operacional.

## 7 CONCLUSÃO

Este estudo evidenciou, com base em dados empíricos e na literatura especializada, que o primeiro interventor exerce papel decisivo na contenção, na estabilização e no desfecho de crises policiais. A análise de mais de 21 mil registros de ocorrências revelou um número expressivo de situações críticas que exigiram, já nos primeiros minutos, ações técnicas com impacto direto na preservação de vidas, no controle do ambiente e na segurança das equipes envolvidas.

Os achados confirmam os pressupostos doutrinários sobre a importância da resposta inicial e demonstram que, na prática, o primeiro policial a chegar à cena da crise frequentemente atua de forma isolada, sem protocolo definido, baseando-se no próprio julgamento e experiência. Essa realidade contrasta com as diretrizes propostas por autores como Salignac (2011) e Monteiro (1994), bem como com os modelos consolidados em países como Estados Unidos, Reino Unido e França, onde a figura do primeiro interventor é reconhecida e estruturada como elemento estratégico das doutrinas de gerenciamento de crises (IACP, 2023; FBI, 2016; College of Policing, 2015).

A frequência de elementos críticos, como arma de fogo, reféns, ameaças suicidas ou resistência armada, nas ocorrências atendidas por policiais da linha de frente, reforça a premissa de que toda crise começa como uma ocorrência comum. Logo, todo policial deve estar apto a atuar como primeiro interventor.

Não se trata de transferir à patrulha funções típicas de unidades táticas, mas de reconhecer que a qualidade da resposta final depende, em grande medida, das decisões tomadas nos primeiros instantes da crise. Ignorar essa realidade é aceitar o imprevisto como parte da rotina operacional.

Conclui-se, portanto, que o investimento em formação técnica para todos os policiais — e não apenas para as forças especializadas — é urgente e estratégico. O reconhecimento institucional da função do primeiro interventor, a incorporação de critérios objetivos de triagem nos sistemas de despacho, e a padronização de protocolos para contenção e isolamento inicial são medidas fundamentais para aprimorar a capacidade de resposta das polícias brasileiras.

A consolidação dessa doutrina representa uma mudança de paradigma: transformar o policial comum em um agente preparado para lidar com o imprevisível, reduzir danos, salvar vidas e garantir que a resposta à crise se inicie antes que ela se estabeleça por completo.

## REFERÊNCIAS

- ACADEMIA NACIONAL DO FBI. Apud BRASIL. **Definição de crise policial**. Curso de Gerenciamento de Crises – Módulo 1. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública. 2008.
- ALMEIDA, Gustavo Soares. **Padronização da Primeira Intervenção em Crises Policiais através de Capacitação**: projeto piloto para o efetivo do 6º BPM. São Luís: Universidade Federal do Maranhão. 2018.
- BRASIL. **Manual de Gerenciamento de Crises**. Brasília: Departamento de Polícia Federal, Academia Nacional de Polícia. 1991.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso de Gerenciamento de Crises**. Brasília: SENASP/MJ, 2008. Disponível em: [https://06111591297441295444.googlegroups.com/attach/5300f6b6a5a5b990/GerenciamentoCrises\\_completo.pdf](https://06111591297441295444.googlegroups.com/attach/5300f6b6a5a5b990/GerenciamentoCrises_completo.pdf). Acesso em: 25 abr. 2025.
- COLLEGE OF POLICING. **National Decision Model and Command Structure (Gold, Silver, Bronze)**. UK. 2015. Disponível em: <https://www.college.police.uk/>. Acesso em: 25 abr. 2025.
- DHS - DEPARTMENT OF HOMELAND SECURITY. **Active Shooter: How to Respond**. Washington, DC: DHS. 2004. Disponível em: <https://www.dhs.gov/active-shooter-preparedness>. Acesso em: 25 abr. 2025.
- FBI - FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION. **Leadership During Crisis Response: Challenges and Evolving Research**. Law Enforcement Bulletin. 2016. Disponível em: <https://leb.fbi.gov/articles/featured-articles/leadership-during-crisis-response-challenges-and-evolving-research>. Acesso em: 25 abr. 2025.
- IACP – INTERNATIONAL ASSOCIATION OF CHIEFS OF POLICE. **Crisis response and negotiation guidelines**. Alexandria, VA. 2023. Disponível em: <https://www.theiacp.org>. Acesso em: 25 abr. 2025.
- LUCCA, Diógenes. **Manual básico de gerenciamento de crises com reféns localizados**. São Paulo: Clube de Autores. 2018.
- MINISTÈRE DE L'INTÉRIEUR (FR). **Doctrine d'emploi des forces de sécurité dans les interventions rapides**. Paris: Direction générale de la police nationale. 2016. Disponível em: <https://www.interieur.gouv.fr>. Acesso em: 25 abr. 2025.
- MONTEIRO, José Fernando. **Negociação em situações críticas**. Brasília: Academia Nacional de Polícia. 1994.
- MONTEIRO, Rômulo César. et al. **Gerenciamento de crises**. 7. ed. Brasília: Departamento de Polícia Federal. 2008.
- PMMG - POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. **Instrução nº 3.03.24/2018-CG – Primeira Intervenção em Ocorrências de Incidentes Críticos de Segurança Pública de Natureza Policial**. Belo Horizonte: PMMG. 2018.

SALIGNAC, Angelo Oliveira. **Negociação em crises:** atuação policial na busca da solução para eventos críticos. São Paulo. Editora Ícone. 2011.

SEJU-PR. **Cadernos de Socioeducação:** Primeira Intervenção em Crises. Curitiba: Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho do Paraná. 2018.

SILVA, Marco Antonio da. **Primeira intervenção em crises policiais:** teoria e prática. 3 ed. Curitiba: AVM, 2020. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.24824/978655868671.2>. Acesso em: 22 abr. 2025.

SILVA, Marco Antônio da; ARAÚJO, Roberto Sampaio. **Alternativas táticas do processo de gerenciamento de crises policiais:** uma nova perspectiva teórica. Curso Superior de Polícia – PMPR. 2023. Disponível em: <https://biblioteca.unespar.edu.br/acervo/207508>. Acesso em: 25 abr. 2025.

TILLEY, Nick. **Policing and crisis management.** Oxford: Oxford University Press. 2014.

TREINTA, Fernanda Tavares; FILHO, José Rodrigues Farias; SANT'ANNA Annibal Parracho; RABELO Lúcia Mathias. **Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão.** Production, Niterói, v. 24, n. 3, p. 508-520, set. 2013. Fap UNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-65132013005000078>

VAZ, Renato. **Gerenciamento de crise no contexto da segurança pública.** São Paulo: Atlas. 2001.

## APÊNDICE – TEMPLATE DE CLASSIFICAÇÃO AUTOMÁTICA DE CRISE POLICIAL

Com o objetivo de padronizar e acelerar a identificação de ocorrências classificáveis como **crise policial**, foi desenvolvido um código simples em Python capaz de analisar, de forma automatizada, o conteúdo narrativo dos boletins de ocorrência (campo “Histórico” ou “Síntese da Ocorrência”). O *script* aplica uma lista estruturada de palavras-chave para categorizar cada ocorrência em:

CRISE POLICIAL; NÃO CRISE POLICIAL; DÚVIDA / ANÁLISE MANUAL

Esse modelo foi empregado nas análises descritas neste artigo e pode ser replicado em outros contextos de pesquisa ou uso institucional.

### Pré-requisitos

Python 3.8 ou superior; Bibliotecas: pandas (instalável via `pip install pandas`); Arquivo Excel com as colunas: `numero_ocorrencia` e `historico_ocorrencia`

### Código Python

```
import pandas as pd
# Lista de palavras-chave relacionadas a crises policiais
indicadores_crise = [ "refém", "refens", "ameaça de morte", "arma de
fogo", "disparo", "tiros", "emboscada", "isolado", "negociação",
"resgate", "explosivo", "coquetel molotov", "tentativa de homicídio",
"ação da core", "ação do gate", "ameaçava se matar", "preso em
cárcere", "porte de arma", "confronto armado", "atirador ativo",
"rebelião", "motim", "incendiou", "granada", "barricada", "bunker",
"troca de tiros" ]
# Função de classificação de ocorrência
def classificar_crise(texto):
    if pd.isna(texto):
        return "DÚVIDA / ANÁLISE MANUAL"
    texto = str(texto).lower()
    if any(palavra in texto for palavra in indicadores_crise):
        return "CRISE POLICIAL"
    elif len(texto.strip()) < 50:
        return "DÚVIDA / ANÁLISE MANUAL"
    else:
        return "NÃO CRISE POLICIAL"
# Exemplo de aplicação:
# df = pd.read_excel("planilha_ocorrencias.xlsx")
# df['classificacao_crise'] =
df['historico_ocorrencia'].apply(classificar_crise)
# df.to_excel("saida_classificada.xlsx", index=False)
```



## Observações

Recomenda-se que a lista de palavras-chave seja adaptada conforme a realidade operacional da instituição ou objetivo específico do estudo. Os casos classificados como “DÚVIDA / ANÁLISE MANUAL” devem ser revisados por um especialista, utilizando, se necessário, o histórico completo e os documentos complementares. O modelo não substitui a análise qualitativa ou doutrinária, mas funciona como filtro inicial estruturado para grandes volumes de dados.